

# NOTAS E COMENTÁRIOS

Maximiano de Carvalho e Silva

## 1

### EDIÇÕES CRÍTICAS DE CELSO CUNHA: O FILÓLOGO E O MEDIEVALISTA

É com a maior satisfação que registro a iniciativa da publicação num só volume de três das principais contribuições do grande lingüista e filólogo brasileiro Celso Ferreira da Cunha (\*1917-†1989) aos estudos da poesia trovadoresca, sob o título *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*: a edição crítica dos textos de Paay Gômez Charinho, Joan Zorro e Martin Codax<sup>1</sup>.

A reedição conjunta desses trabalhos, sob a chancela da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa, tem para nós brasileiros a grata singularidade de ter sido preparada pela Professora Elsa Gonçalves e de trazer uma “Apresentação” do Professor Ivo Castro, ambos da Universidade de Lisboa, e reconhecidos como das grandes figuras no campo dos estudos de Crítica Textual e de Lingüística e Literatura Portuguesa.

Na sua substanciosa “Apresentação”, ressalta em primeiro lugar Ivo Castro que a inclusão do livro na coleção “Filologia Portuguesa” inaugurada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda se justifica por uma das finalidades da mesma: a de “repor em circulação obras que não perderam o viço e a atualidade apesar dos avanços do conhecimento científico” (p. 7). De fato, foi uma feliz idéia a de reunir essas três edições críticas de Celso Cunha, que não tiveram todas elas a merecida divulgação entre os estudiosos da poesia trovadoresca, como trabalhos de “um editor eruditíssimo, dotado de bom senso e finura interpretativa, mas, sobretudo, respeitador das fontes manuscritas” (p. 9). Acentua mais Ivo Castro que, com a noção exata das irregularidades da versificação, Celso Cunha soube como editor resistir “à tradição emendatória nacional”, a que pagaram tributo grandes nomes da Filologia portuguesa; e repete a própria observação do filólogo de que “as infringências de Codax às regras formais da versificação galego-portuguesa, concretamente no caso das

<sup>1</sup> Celso Cunha. *Cancioneiro dos Trovadores do Mar*. Edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999. 534 p. [“Apresentação” de Ivo Castro.]

vogais paragógicas, não só não eram erros a emendar, como eram deliberados traços estilísticos a preservar e valorizar” (p. 10). Pouco mais adiante, refere-se Ivo Castro aos estreitos laços que uniram Celso Cunha e Luís Felipe Lindley Cintra, igualmente dedicados a estudos de Crítica Textual e a investigações de cunho original sobre os textos medievais, que com o tempo se tornaram co-autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* publicada em 1984 simultaneamente em Portugal e no Brasil. No que se refere ao filólogo brasileiro, seria oportuno acrescentar que os seus conhecimentos básicos dos problemas de edição e comentários de textos, entre eles os relativos à versificação irregular, se firmaram, como ele mesmo teve oportunidade de dizer mais de uma vez, através das lições de seu grande mestre Professor Sousa da Silveira, desde os anos finais da década de 30 em que foi seu aluno no curso de Letras na Universidade do Distrito Federal: o mesmo mestre de quem receberia a inspiração para compor as suas outras gramáticas da língua portuguesa, também mencionadas por Ivo Castro, e de quem seria sucessor na cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Relembrou há pouco tempo a Professora Cilene da Cunha Pereira, filha de Celso Cunha, ao fazer a biografia do pai: “A Sousa da Silveira, professor de Filologia Portuguesa e seu orientador acadêmico, em nível de doutorado, Celso Cunha deveu a sua opção pela Crítica Textual, o gosto pelos Cancioneiros Medievais e pela fidelidade ao texto escrito, que Sousa da Silveira soube transmitir como ninguém aos seus discípulos”<sup>2</sup>.

Termina Ivo Castro a sua nota prévia com importantes observações referentes às relações pessoais de mútuo respeito e profunda admiração e às afinidades no que se refere à lírica trovadoresca que tanto ligaram Celso Cunha e Elsa Gonçalves, o que permitiu à organizadora do livro *Cancioneiros dos Trovadores do Mar* “realçar as virtudes dos textos nele incluídos” sem deixar de “assinalar, com delicadeza e verdade, os seus envelhecimentos pontuais” (p. 13), explicáveis em trabalhos que o autor não teve ocasião de aprimorar e por isso relutava em publicar de novo, apesar das insistências dos amigos.

O volume reproduz em seguida, até a página 508, com extensas notas introdutórias e complementares de Elsa Gonçalves, as três edições críticas de Celso Cunha: *O Cancioneiro de Paay Gómez Charinho, Trovador do Século XIII*; *O Cancioneiro de Joan Zorro – Aspectos lingüísticos – Texto crítico – Glossário*; e *O Cancioneiro de Martin Codax* - cujas únicas edições datam de 1945, 1949 e 1956, respectivamente. Nas páginas finais do livro, em apêndice, encontrará o leitor o artigo “Sobre o Texto e a Interpretação das Cantigas de

<sup>2</sup> Cf. “Esboço Biográfico”, in *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários - In Memoriam Celso Cunha*, org. por Cilene e Paulo Roberto Dias Pereira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p. XVI.

Martin Codax” com que em 1981 Celso Cunha respondeu às críticas ao seu trabalho por parte da filóloga italiana Barbara Spaggiari (p. 511-529), e mais o “Índice Geral” do volume (p. 531-533).

Entre as soluções possíveis, optou Elsa Gonçalves pela reprodução fac-similada das edições de Celso Cunha, precedidas de extensas notas introdutórias, com dados minuciosos sobre as origens e destinação de cada uma delas, sobre os propósitos não atingidos pelo autor de revê-las e reeditá-las, e sobre as objeções que se possam fazer à iniciativa de as colocar de novo ao alcance dos leitores dos nossos dias. No que diz respeito a uma delas - a edição de *O Cancioneiro de Joan Zorro* (1949) - procedeu Elsa Soares às correções de erros tipográficos evidentes assinalados em errata pelo próprio autor, e tendo ao seu dispor numerosas anotações manuscritas ou datilografadas feitas por Celso Cunha, sempre empenhado em aprimorar os seus trabalhos, assumiu o penoso encargo de registrar em “Apostilas” o que colheu no exame cuidadoso de tais apontamentos.

As notas introdutórias e as apostilas de Elsa Gonçalves, que tanto enriquecem com dados informativos e observações críticas o livro em exame, são uma prova evidente de que obras de valor, “que não perderam o viço e a atualidade”, mas representam resultados dos estudos lingüísticos, filológicos e literários ultrapassados em muitos pontos pelos “avanços do conhecimento científico”, se por um lado merecem ser reeditadas como marcos históricos, não prescindem no entanto das necessárias advertências como orientação ao leitor, feitas no tom adequado, “com delicadeza e verdade”, segundo as lúcidas palavras de Ivo Castro.

A primeira das edições críticas de Celso Cunha, a de Paay Gómez Charinho (1945), como se percebe pelo fac-símile, tem as características das teses de concurso da época, com o texto datilografado e policopiado e tiragem limitada. Informa Elsa Gonçalves que o autor projetava publicar uma segunda edição refundida e ampliada, “da qual, no entanto, não parece ter deixado, nem o plano, nem os materiais organizados e dispostos para esse fim” (p. 18). Teve portanto a tese muito pequena divulgação, razão pela qual, a despeito das suas deficiências, compreensíveis inclusive pela exigüidade do tempo da sua elaboração, é de interesse inegável conhecê-la como atestado da evolução dos estudos da poesia trovadoresca, pois antes dela só existiram duas edições “verdadeiramente críticas de trovadores galego-portugueses” (p. 32): a de Don Denis, por Henry R. Lang (1894) e a de Juan Garcia de Guilhade, por Oskar Nobiling (1907). Por todos os motivos, a “Nota Introdutória” de Elsa Gonçalves é modelar para empreendimentos da mesma natureza: graças aos dados que fornece e às suas análises, abre-se o caminho para uma nova edição crítica de Paay Gómez Charinho, de acordo com as exigências do atual estágio da Crítica Textual aplicada aos textos da poesia trovadoresca.

A preparação da reedição de *O Cancioneiro de Joan Zorro*, sem dúvida a mais trabalhosa, deixou Elsa Gonçalves num dilema: deveria simplesmente reproduzir o fac-símile da edição de 1949, ou também levar em conta as anotações do filólogo, de momentos distintos, não organizadas coerentemente, mas escritas com a intenção de servir a um projeto de revisão e atualização do livro? Resolveu então, com firme determinação, assumir a responsabilidade de acrescentar a essa edição de 1949 o que encontrou em tais anotações, ou seja, muitos novos elementos que Celso Cunha aos poucos foi reunindo para favorecer o melhor conhecimento e interpretação das cantigas de Joan Zorro. Creio que a ilustre filóloga seguiu o melhor caminho, e não pode ser alvo de nenhum reparo pela sua decisão. É de presumir que, não tendo havido condições técnicas para reproduzir tais anotações em fac-símile ou em transcrição crítica, continuem elas conservadas em arquivo próprio, à disposição de quem queira consultá-las para dirimir dúvidas a respeito da utilização que delas se fez, o que é no entanto dispensável para os que têm na mais alta conta a competência e a probidade científica de Elsa Gonçalves.

Na nota introdutória de *O Cancioneiro de Martin Codax*, patenteia-se o interesse especial que oferece a reedição do trabalho de Celso Cunha, pois os critérios de fixação do texto adotados pelo filólogo, que tomou como base o testemunho do *Pergaminho Vindel*, e não as lições do *Cancioneiro da Ajuda* e do *Cancioneiro da Vaticana*, foram contestados pela filóloga italiana Barbara Spaggiari, autora de uma outra edição crítica das sete cantigas do trovador, que preferiu adotar as lições dos mencionados cancioneiros italianos. Anexando ao final do volume a resposta de Celso Cunha às críticas de Barbara Spaggiari, datada de 1981, Elsa Gonçalves favorece o acesso a outro importante elemento de confronto aos interessados em resolver mais este problema da Crítica Textual, sobre o qual já se pronunciaram alguns dos maiores especialistas nos estudos da lírica trovadoresca.

## 2

### UMA NOVA EDIÇÃO DAS *HISTÓRIAS DE PROVEITO E EXEMPLO* DE GONÇALO FERNANDES TRANCOSO

No dia 21 de março do corrente ano, tive a honra de participar dos trabalhos da comissão examinadora da tese intitulada *Trancoso e as "Histórias de Proveito e Exemplo": o Texto, a Língua e o Léxico*, com que o professor Fernando Ozorio Rodrigues, da Universidade Federal Fluminense, obteve o título de Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo as normas a que têm de submeter-se os doutorandos nas Universidades brasileiras, o professor Fernando Ozorio Rodrigues frequentou em quatro semestres, na etapa inicial do Doutorado, entre os anos de 1995 e 1997,

treze cursos de língua e de literatura sobre os mais diversos assuntos, ministrados por ilustres figuras do magistério de Letras, mas alguns deles só remotamente relacionados com as atividades de ensino e pesquisa do candidato ou com a tese que pretendia elaborar. Para a obtenção dos créditos respectivos, preparou monografias que, pela natureza dos estudos e pesquisas empreendidas, praticamente não o deixaram cuidar com tranquilidade do objetivo principal da elaboração da tese de doutorado, que só pôde ser realizada no prazo exíguo de menos de dois anos (1998-1999). Em todo esse percurso, convém acentuar, não esteve Fernando Ozorio Rodrigues dispensado dos seus compromissos docentes na Universidade Federal Fluminense. Tal exemplo, que é o habitual em cursos da mesma espécie, deveria merecer a atenção dos responsáveis pelas atividades da pós-graduação no país, as quais precisam com urgência ser reformuladas, para que exigências descabidas das normas em vigor não prejudiquem o objetivo fundamental de se concentrarem os mestrandos e doutorandos nos estudos básicos, nas pesquisas biobibliográficas, na organização da matéria, na redação final e na editoração das dissertações e teses que devem submeter a julgamento para a obtenção dos títulos almejados.

Portanto, só na fase final do Doutorado, em entendimentos com o seu orientador, pôde o Professor Fernando Ozorio elaborar a sua tese sobre o conhecido autor quinhentista Gonçalo Fernandes Trancoso. Dividida em dois volumes, num total de 697 páginas, a tese em sua “Introdução” fixa como objetivos principais do autor: publicar na íntegra os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*; conservar na forma e no conteúdo as características do texto conforme a sua versão original, mormente livrando-o das “supressões promovidas pelas censura eclesiástica”; dar ao texto uma feição moderno quanto à paragrafação, à pontuação e à ortografia; favorecer ao leitor todos “os elementos necessários à pesquisa lingüística” (gramática e levantamento do léxico).

Nos dois capítulos iniciais da tese propriamente, há minuciosos dados sobre Gonçalo Fernandes Trancoso e sua época e sobre a composição da obra que nos legou, as fontes a que está ligado e as sucessivas edições da mesma, a partir da primeira, de 1575. Logo após, na parte central do trabalho, em dois outros capítulos, Fernando Ozorio Rodrigues apresenta o seu projeto de edição da obra, indicando os critérios adotados para o estabelecimento do texto crítico, e em seguida faz a reprodução integral das três partes que constituem os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, com base nas edições príncipes de 1575 (Primeira e Segunda Parte) e 1595 (Terceira Parte). O segundo volume da tese se compõe de um capítulo sobre a gramática do texto (ortografia, sistema fonológico, morfologia, sintaxe), de um outro sobre o léxico (características, critérios de ordenamento, ordenamento alfabético), e finalmente da conclusão, de uma bibliografia e de um resumo em três línguas conforme as normas de dissertações e teses universitárias.

Segundo o ritual das defesas de tese, o candidato fez primeiramente o histórico das suas atividades e expôs o plano de elaboração do extenso trabalho submetido a julgamento. Em seguida, na fase da arguição da tese, sob a presidência do Professor Edwaldo Cafezeiro, Titular de Língua Portuguesa da UFRJ, pronunciaram-se como integrantes da banca examinadora os professores Maximiano de Carvalho e Silva, da Universidade Federal Fluminense (que considerou principalmente os aspectos relativos à Crítica Textual), Evanildo Cavalcanti Bechara, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (que tratou das questões referentes ao português quinhentista na obra de Trancoso), José Carlos Azeredo, da UERJ (que fez ponderações sobre as normas de transcrição do texto crítico adotadas, entre elas as relativas aos sinais de pontuação) e Helênio Fonseca de Oliveira, da UFRJ (que fez comentários sobre a bibliografia e indicou ao candidato vários procedimentos para enriquecer o trabalho numa futura publicação em livro). Concluídos os trabalhos, a banca por unanimidade atribuiu à tese o conceito “excelente”, consignando-se em ata a recomendação da publicação da mesma como livro autônomo. Nos debates, foi sugerido ao Professor Fernando Ozorio que pensasse em dois tipos de edição, tal a importância da obra de Trancoso como documento literário: uma edição crítica, aproveitando todos os elementos já incluídos na tese, destinada ao incremento dos estudos superiores de língua e de literatura; e uma edição para o grande público, com o mesmo texto rigorosamente estabelecido, mas sem o minucioso registro filológico das edições críticas e sem os capítulos sobre a gramática e o léxico de Trancoso, substituídos por um glossário das palavras de particular interesse para o leitor comum.

Ficou bem evidente nessa defesa de tese a absoluta necessidade de se pôr ao alcance dos estudiosos uma edição fidedigna integral dos *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*. Como feito, as edições que estão ao nosso alcance ou são incompletas e oferecem dificuldades de leitura aos não afeitos às características da tipografia do século XVI (como a fac-similar do texto de 1575, com apenas a Primeira e a Segunda Parte da obra, editada em 1983 pela Biblioteca Nacional de Lisboa), ou absurdamente reproduzem o texto com alterações de forma e de conteúdo (como acontece na que foi publicada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, de Lisboa, em 1974, da responsabilidade de João Palma-Ferreira, que toma como texto de base o da edição de 1624, desfigurado pela censura da Inquisição e por outras interferências descabidas, conforme já advertira em 1956 Serafim da Silva Neto num dos capítulos de *Ensaio de Filologia Portuguesa*<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, p. 225-232.

## 3

NOTAS SOBRE EDIÇÕES E ESTUDOS MAIS RECENTES  
DA “CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA”

Entre as mais importantes comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil devem-se apontar os ciclos de estudos promovidos por instituições culturais e as várias edições referentes ao acontecimento histórico e ao documento singular que é a *Carta de Pero Vaz de Caminha*.

No Liceu Literário Português, como promoção do Instituto de Língua Portuguesa, realizou-se de 29 de março a 31 de maio um curso sobre o descobrimento do Brasil e o primeiro documento da sua história. Em sessões semanais sucessivas, foi feita a análise pormenorizada dos diferentes aspectos desse documento, com uma aula inaugural do Dr. Antônio Gomes da Costa sobre as razões das comemorações do Descobrimento do Brasil e lições sucessivas dos professores Maximiano de Carvalho e Silva (sobre o texto da Carta e as suas principais edições), Evanildo Bechara (aspectos lingüísticos), Horácio Rolim de Freitas (o léxico), Rosalvo do Vale (anotações de leitura), Gladstone Chaves de Melo (aspectos religiosos) e Antônio Basílio Rodrigues (a *Carta* e outros documentos contemporâneos).

É desejável que as lições proferidas no curso se convertam em publicações, reunidas ou autônomas, para que sejam oferecidos a um público maior os resultados das múltiplas pesquisas atualizadas que os referidos conferencistas tiveram oportunidade de fazer, tendo em vista propiciar maior valorização e melhor compreensão desse texto de tanta significação em nossa história.

As lições que proferi sobre edições mais antigas ou mais recentes do documento levaram às seguintes conclusões mais relevantes: a) são numerosas as edições da *Carta* ao alcance do grande público, mas é muito diversa a qualidade do texto e dos estudos prévios ou notas explicativas que apresentam; b) entre as edições, várias delas fazem reproduções fac-similadas do original, mas fica patente que é indispensável acrescentar aos fac-símiles uma transcrição diplomática ou uma transcrição crítica para a leitura corrente do documento; c) entre as leituras diplomáticas até agora propostas há discrepâncias que pedem a revisão do que já foi feito, para dirimir as dúvidas; d) não há nenhuma transcrição atualizada da *Carta* que preserve com todo o rigor, na reprodução das formas lexicais e construções sintáticas, as características morfossintáticas do texto original; e) a modernização do texto, a que têm procedido muitos editores com a finalidade de torná-lo mais acessível aos leitores, não tem obedecido a normas que permitam saber o que no texto atualizado foi posto em lugar das formas e expressões do original; f) sendo solução ideal a de num mesmo volume apresentar-se o texto original em fac-símile, em transcrição

diplomática e em transcrição crítica, esta última deveria obedecer às normas propostas por Serafim da Silva Neto para a reprodução dos textos daquela época <sup>4</sup>.

Já estava o curso do Liceu Literário Português em bom andamento quando me chegou às mãos o livro *A Carta de Caminha: Testemunho Lingüístico de 1500*<sup>5</sup>, organizado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, ilustre professora da Universidade Federal da Bahia: era uma dádiva de Evanildo Bechara, que adquiriu alguns exemplares na Bienal do Livro em São Paulo.

Faz gosto verificar que, num momento de descaso pelos estudos históricos ou do pouco relevo que têm em alguns cursos superiores de Letras, o livro está ligado a um “Programa Para a História da Língua Portuguesa” vinculado desde 1991 ao Departamento de Letras Vernáculas e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA. Trata-se de uma coletânea de 12 capítulos, em que se estudam diferentes questões de natureza lingüística, antecedidos de uma “Apresentação”, na qual a organizadora e coordenadora do projeto de pesquisa faz o histórico da iniciativa e importantes observações sobre os artigos, de autoria dos pesquisadores Ilza Ribeiro (“A Ordem dos Constituintes”), Narina Augusto e Maximiliano Guimarães (“O Sujeito”), Tânia Lobo (“A Sintaxe dos Clíticos”), Therezinha Barreto (“Predicadores e Argumentos”), Therezinha Barreto e Sílvia Rita Olinda (“Perseguindo as Conjunções”), Therezinha Barreto (“Estruturas Relativas”), “*Ser / Estar*” (Maria do Socorro S. Netto), “A Variação *Haver / Ter*” (Rosa Virginia Mattos e Silva), “Adverbiais” (Sônia Bastos Borba Costa), “Verbos de Padrão Especial: um Breve Estudo Descritivo e Comparativo” (Norma Lúcia de Almeida e Zenaide Carneiro), “As Terminações -*õ*, -*ã*, -*ão*” (Carla Luzia Borges), “Os Nomes de Caminha Para as Coisas do Brasil” (Denise Dias).

Devo dizer com franqueza que em vários desses artigos causa espécie, a um velho professor e pesquisador como eu, guiado em seus primeiros passos no magistério pelo saber filológico e lingüístico e pela simplicidade dos professores Sousa da Silveira e Serafim da Silva Neto e fiel à orientação fundamental que lhe deram, o emprego a meu ver excessivo e despropositado de certa nomenclatura que mais serve para dificultar do que para facilitar a compreensão dos fatos em exame, bem como o emprego de siglas e esquemas tão ao gosto dos gerativistas. Por outro lado, o fato de ter sido adotada como norma, quanto aos exemplos que ilustram a teoria gramatical, a apresentação do texto da *Carta* em transcrição diplomática, cria uma dificuldade maior ainda

<sup>4</sup> V. *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, p. 21-25.  
<sup>5</sup> Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1996, 291 p.



ao leitor, obrigando-o a um esforço concentrado para, em meio a grafias tão diferentes das atuais, e às vezes até enigmáticas ao não iniciados, localizar a ocorrência do fato em foco. Não há dúvida, porém, de que a coletânea merece leitura atenta, por ser uma apreciável contribuição à mais exata avaliação do significado da *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Entre as boas qualidades dos artigos devem ser ressaltados os fatos de trazerem subdivisões que favorecem ao leitor a apreensão da matéria e de a cada capítulo se seguir uma bibliografia própria, com a inclusão de trabalhos fundamentais sobre as questões em causa.

#### 4

### PUBLICAÇÕES DA DIREÇÃO E DO SETOR RUIANO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

No ano de 1970, ao assumir o cargo de Diretor do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, que exerci até 1975, tomei conhecimento de que um dos setores do Centro, o chamado Setor Ruiano, criado em 1968, tinha como principal incumbência a de dar continuidade ao plano de edições das obras completas do Patrono da instituição. Concluí desde logo que as publicações a cargo desse Setor, pela própria natureza da instituição, mas também por imposição legal, deveriam ter absoluta prioridade em nossas atividades.

No Setor Ruiano tive na chefia do grupo de pesquisadores Norah Levy e como principais colaboradoras Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães e três estagiários selecionados entre alunos do Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense - Eny Valentim Torres, Solange Campello Taraciúk e Sydnei Cordeiro Kenupp. Era um grupo extremamente empenhado em fazer cumprir extenso plano de publicações: as das obras completas e de obras avulsas de Rui e as de estudos e depoimentos relativos ao Patrono da Casa. Tudo se organizava sob a supervisão do Presidente da Fundação, Américo Jacobina Lacombe, grande historiador e a maior autoridade no Brasil em assuntos ruianos.

Em 1970 já estavam publicados 95 tomos. Eram organizados com base em apontamentos manuscritos de Américo Lacombe, que o historiador revia por ocasião da preparação de cada um deles. Senti sem demora a necessidade de estabelecer normas editoriais mais rigorosas e de dar uma feição mais coerente e completa às anotações de Américo Lacombe, de tal modo que tivessem daí por diante os pesquisadores do Setor Ruiano um levantamento exaustivo das fontes à sua disposição, o que permitiria a preparação mais rápida e segura dos novos tomos, com matéria de uns poucos livros ainda não reeditados,

dispersos em jornais, autos processuais, etc., e os inéditos de Rui. Na direção do Centro, tive a grata satisfação de ver publicados mais alguns tomos, entre eles o 100º da coleção (de *Discursos Parlamentares* do ano de 1914), e também alguns estudos sobre a obra ruiana, de um dos quais cuidei pessoalmente<sup>6</sup>. Tendo supervisionado o desempenho dos pesquisadores na preparação dos originais para a composição tipográfica e na revisão final, a que procediam com extrema dedicação, resolvi que daí por diante, por dever de justiça, se faria numa das páginas iniciais de cada tomo o registro do tipo de colaboração prestada pelos integrantes da equipe (o que hoje se denomina registro dos créditos). Quanto aos apontamentos de Américo Lacombe, devidamente transcritos, atualizados e postos em ordem, graças à competência e dedicação de Norah Levy e Rejane de Almeida Magalhães, tive também o prazer de vê-los editados em dois alentados tomos com o título de *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*, antecedidos de um prefácio em que me refiro aos motivos e a todas as etapas da sua elaboração. Devo acrescentar que de 1975 até o ano de 1999 já saíram outros tomos das obras ruianas, totalizando 137; e que ainda estão sendo planejados os tomos que completarão a coleção.

Todas estas recordações me vieram à memória no momento em que, por atenção do atual Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Mário Brockmann Machado, recebi pelo correio várias excelentes publicações datadas de 1999, comemorativas do sesquicentenário de nascimento do grande brasileiro, cujo nome se inscreve em nossa história principalmente pelo que fez em defesa da dignidade da pessoa humana e dos valores da vida democrática. É alentador verificar que, a despeito do pouco caso com que as questões de educação e cultura continuam a ser tratadas no Brasil, a Fundação Casa de Rui Barbosa continua a desenvolver as suas atividades de um dos mais importantes centros de pesquisa histórica, filológica, lingüística e literária em nosso país. Tenho a satisfação de estar ligado à vida da instituição e de ter de algum modo contribuído para maior divulgação das suas atividades naqueles anos de 1970 a 1975, em que sob a presidência de Américo Jacobina Lacombe e a diligente e dinâmica direção executiva de Irapoan Cavalcanti de Lyra pude promover em 1972 a organização inicial e instalação do Arquivo-Museu de Literatura, e realizar em 1973 um amplo programa de atividades, de que participou a Universidade Federal Fluminense, o chamado Programa Especial UFF-FCRB, que compreendeu uma série de cursos em nível de pós-graduação, o Ciclo de Estudos Ruianos comemorativo do cinquentenário da morte de Rui Barbosa, e mais o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa e a II Reunião Internacional de Camonistas, com a

---

<sup>6</sup> Emílio Federico Moran, *Rui e a Abolição*, tradução de Carly Silva, prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva, publicado em 1973; Rui Barbosa, *Correspondência: Primeiros Tempos*, 1973; J. Soares de Melo, *História da "Oração aos Moços"*, 1975.

participação de numerosos convidados estrangeiros e brasileiros e o lançamento de cerca de 20 publicações de mais alta relevância. Em 1974, com o ensejo de passar três meses em Portugal, tive a satisfação de distribuir pessoalmente, a renomados pesquisadores ou a instituições, as principais publicações da Casa, sempre recebidas com o maior interesse.

Entre as publicações de 1999 que acabo de mencionar figuram a fotobiografia de Rui Barbosa em magnífica apresentação gráfica, com 119 páginas, organizada por Mário Brockmann Machado, e a segunda edição revista do livro organizado por Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães - *Rui Barbosa: Cronologia da Vida e da Obra*, com 308 páginas e 17 ilustrações, e índice remissivo onomástico e de assuntos preparado por Eny Valentim Torres, diplomada em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Na Apresentação desta segunda edição da *Cronologia*, assinada por Rachel Valença, atual Diretora do Centro de Pesquisas, há uma expressiva referência à “apaixonada competência” da organizadora do volume, que depois de ter trabalhado tantos anos sob a direção de Norah Levy hoje continua no exercício do cargo de chefia a manter em alto nível a tradição de trabalho sério, metuculoso e permanente do Setor Ruiano.

Outra publicação recente preparada pelos pesquisadores da FCRB e editada pelo Senado Federal (Brasília, 1999, 448 p.) é a seleção de textos *Pensamento e Ação de Rui Barbosa*, com prefácio de Mário Brockmann Machado. Trata-se de uma antologia **representativa dos vários aspectos da atuação de Rui Barbosa como deputado, ministro, advogado, diplomata, senador, candidato à presidência da República e jornalista.**

No próximo número de *Confluência* farei o registro e alguns comentários sobre as publicações mais recentes do **Setor de Filologia e do Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, de grande valor para o incremento dos históricos, lingüísticos, filológicos e literários relativos ao Brasil e à cultura brasileira.**

## 5

### O PROFESSOR JOSÉ ADERALDO CASTELO ENSAÍSTA E EDITOR DE TEXTOS

Data de muitos anos o meu conhecimento da profícua atuação de José Aderaldo Castelo no ensino universitário, como professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP), e como ensaísta e editor de textos.

Na USP exerceu também o cargo de diretor do Instituto de Estudos Brasileiros, fundado a 1962, como sucessor de Sérgio Buarque de Holanda e Egon

Schaden. No período da sua administração, de 1968 a 1981, imprimiu a esse importante centro de pesquisas as marcas da uma atuação dinâmica e eficiente, até hoje lembrada no meio cultural brasileiro. Como editor de textos, promoveu com o apoio do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo a publicação não apenas de obras avulsas como também a de coleções como *O Movimento Academicista no Brasil: 1641 - 1820/22* (14 tomos, publicados de 1969 a 1978), *Textos que Interessam à História do Romantismo no Brasil* (2 volumes, publicados em 1961 e 1963), e por encomenda da editora Livros Técnicos e Científicos dirigiu uma coleção de edições críticas, cuja preparação confiou a grandes figuras do magistério de Letras no Brasil.

Pertence Aderaldo Castelo à estirpe dos especialistas em Teoria e História da Literatura que valorizam devidamente como estudos básicos os das áreas de Linguística Portuguesa (sincrônica e diacrônica) e de Crítica Textual, do que é exemplo a sua preocupação de cuidar da apresentação dos textos em edições fidedignas, pois sabe ele dos descaminhos a que se expõem os não poucos professores de Literatura que, atuando no ensino universitário, se valem de quaisquer edições para os seus trabalhos, demonstram não saber valorizar os conhecimentos lingüísticos na interpretação de textos, e não ter noção das possibilidades de aproveitamento do registro de variantes numa edição crítica para o estudo da gênese e evolução da obra literária.

A mais recente obra de José Aderaldo Castello intitula-se *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)*, e se compõe de dois alentados volumes de bela apresentação gráfica, lançados pela EDUSP em 1999<sup>7</sup>. A obra, após a “Introdução: Conceito de Literatura Brasileira”, divide-se em cinco partes: I - “As Fundações: o 1º Período ou o Período Colonial”; II - “O 2º Período ou o Período Nacional - I - O Século XIX e a Identidade Debatida”; III - “O 3º Período ou o Período Nacional - II - O Século XX: o Modernismo Como Reformulação”; IV - “Reconsiderações Gerais”. No final do Volume I há um “Índice Remissivo de Autores”; e do Volume II, em “Apêndices”: “I - A Literatura Brasileira: História e Pesquisa”, “II - Roteiro Bibliográfico”, “III - Índice Remissivo de Autores”.

Nas páginas densas desses dois volumes, o autor constantemente entrelaça os fatos da história literária com os da história política, econômica e social do Brasil, e fornece ao leitor, em notas de rodapé ou nos índices finais de cada volume, numerosas e ricas indicações bibliográficas para o aprofundamento das questões suscitadas. Agrada-me sobremaneira a posição isenta por ele assumida de, sem deixar de ter os seus próprios conceitos, nada omitir para

<sup>7</sup> Volume I: São Paulo, EDUSP (Editora da Universidade de São Paulo), 1999. 464 p. // Volume II: idem. 584 p.

favorecer o juízo crítico do leitor, não deixando de mencionar por motivos ideológicos nenhum escritor de inegáveis méritos literários, seja qual for a sua posição político-religiosa, que de fato não deve interferir em juízos no plano estético-literário: é o que faz por exemplo com o escritor Gustavo Corção, que alguns críticos e historiadores da nossa vida literária, ligados ao pensamento da chamada “esquerda radical”, simplesmente fingem desconhecer, sendo embora o autor de obras-primas como o livro de memórias *A Descoberta do Outro* ou o romance *Lições de Abismo*, consagrados não apenas pelo julgamento de Alceu Amoroso Lima (seu companheiro de militância no Centro Dom Vital) mas também pelo de escritores insuspeitos por não terem com ele afinidades ideológicas, políticas ou religiosas mais estreitas, como Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Raquel de Queirós, Guimarães Rosa ou Gilbetro Freire, para citar somente alguns nomes bastante expressivos.

Não podendo estender-me em muitas outras considerações, limitar-me-ei a comentar apenas três outros pontos que particularmente me sensibilizam em *A Literatura Brasileira: Origem e Unidade (1500-1960)*. Considerando como merecedores de leitura atenta todos os documentos que aqui se produziram no Século XVI, admite José Aderaldo Castelo “como nosso primeiro documento literário” a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que anuncia “o princípio da interação dos influxos externos com os internos” na formação da nossa cultura. Ao tratar da figura do Padre José de Anchieta, tem o cuidado de situá-lo no contexto histórico-cultural em que desenvolveu as suas atividades, em função das quais expandiu a sua vocação de escritor e produziu criações múltiplas - como prosador, poeta, autor de peças teatrais que “apresentam características e valor literários indiscutíveis”. Mais adiante, quando fala da oratória religiosa do século XVII, ressaltando o papel do Padre Antônio Vieira, lembra que “enquanto jesuíta é ao mesmo tempo o exemplo mais significativo e evidente de escritor que se reparte e o é indistintamente de Portugal, do Brasil Colônia e da Companhia de Jesus, com a particularidade de ser um clássico da língua portuguesa”.

Esta obra de José Aderaldo Castelo creio que por vários motivos está fadada a ter novas edições, que o autor, como costuma acontecer, gostará de ver melhoradas e até ampliadas. Nessa perspectiva, tomo a liberdade de fazer-lhe algumas sugestões que me parecem oportunas.

Em certos capítulos, seria melhor que em tópicos nitidamente distintos se tratasse de cada uma das figuras principais. O item da bibliografia seletiva da produção literária no final do volume deveria arrolar separadamente as obras de cada autor e os artigos e livros que sobre elas se escreveram: em muitos casos se transfeririam para lá os registros já feitos em notas de rodapé, e em

outros casos se acrescentariam informações valiosas sobre a existência de bons estudos biobibliográficos e interpretativos relativos a cada um dos autores.

A organização da matéria dos apêndices, em quatro partes, com tantas informações bibliográficas, certamente terá custado muito trabalho. Natural, portanto, que neles se verifiquem omissões de autores e de obras, muitos dos quais todavia é óbvio que José Aderaldo Castelo conhece e aprecia, não tendo sido relacionados por motivos alheios à sua vontade. Na bibliografia, assim como há um tópico para o registro de antologias gerais e parciais, seria bom que houvesse outro para as edições especiais dos autores, e entre elas para as edições críticas.

Tudo isto é dito como que para reafirmar o verdadeiro apreço com que tenho acompanhado e continuarei a acompanhar a trajetória do ilustre professor, ensaísta e editor de textos José Aderaldo Castelo.

## 6

### UM ARTIGO SOBRE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ficam para o próximo número da nossa revista outras notas e comentários biobibliográficos que me parecem importantes. Um deles, certamente será sobre a *Revista Portuguesa de Filologia*, editada pelo Instituto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, que durante longos anos teve como Diretor o benemérito professor Manuel de Paiva Boléo (\*1904-†1992), a quem a direção da revista *Confluência* prestou a devida homenagem com a publicação do número 6, de 1993, a ele dedicado.

Não resisto, no entanto, ao desejo de antecipadamente dar notícia de que o último volume publicado da *Revista* (vol. XXI, 1996-1997, p. 421-425) traz importante artigo de Clarinda de Azevedo Maia, professora da Universidade, com o título “Algumas Reflexões Sobre a Disciplina ‘História da Língua Portuguesa’ ”, que deveria ser lido com atenção, não só por docentes da área de Língua Portuguesa entre os quais absurdamente se infiltrou o descaso pelos estudos históricos, mas também pelos da área de Literatura, onde não se vê de modo geral a preocupação de aprofundar os conhecimentos de Lingüística Portuguesa e de Crítica Textual indispensáveis ao estudo da peculiaridade dos textos e das edições e de relacioná-los com os das Ciências da Literatura (Teoria da Literatura, História da Literatura, Análise Literária).

A certa altura do seu artigo (p. 426-427) frisa Clarinda de Azevedo Maia que “a correta abordagem de textos de autores não contemporâneos, anteriores ao século XIX, só é possível se o professor tiver uma boa preparação no domínio da história da língua que lhe permita captar e explicar a relação

direta entre o que nesses textos se comunica e a língua neles utilizada”. Em nota de rodapé, cita a esse propósito as seguintes expressivas e oportunas palavras do escritor José Saramago: “A minha inteligência, sabei-lo já, não ultrapassa uma honesta mediania, mas pode surpreender-se ao ver estudar, por exemplo, a História da Literatura como se o suporte dessa literatura não fosse a língua, como se fosse indiferente, para cada tempo literário, o estudo concreto do processo de transformação desse mesmo suporte. Mais ainda, como se não houvesse relação direta entre uma impressão que se quer comunicar e o instrumento que tornará a expressão dela possível”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> José Saramago, “A necessária reinvenção da língua portuguesa”, in *O Ensino - Revista Portuguesa de Sociopedagogia e Sociolingüística*, n° 18-22, 1987, p. 369.